



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ

Estado de Alagoas
Município de Maceió

CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL 2012

PROVA TIPO

2

Cargo (Nível Superior):

PROCURADOR

Direito Administrativo; Civil e Empresarial; Constitucional; do Trabalho, Previdenciário e Processual do Trabalho; Financeiro; Penal e Processual Penal; Processual Civil; Tributário; Urbanístico e Ambiental

CADERNO DE QUESTÕES

INSTRUÇÕES GERAIS

1. Este **Caderno de Questões** somente deverá ser aberto quando for autorizado pelo Fiscal.
2. **Assine** neste **Caderno de Questões** e **coloque** o número do seu documento de identificação (RG, CNH etc.).
3. **Antes de iniciar** a prova, **confira** se o **tipo** da prova do **Caderno de Questões** é o mesmo da **etiqueta da banca** e da **Folha de Respostas**.
4. Ao ser autorizado o início da prova, verifique se a numeração das questões e a paginação estão corretas. Verifique também se contém **100 (cem)** questões objetivas com 5 (cinco) alternativas cada, caso contrário comunique imediatamente ao Fiscal.
5. Você dispõe de **5h (cinco horas)** para fazer esta prova. Faça-a com tranquilidade, mas **controle seu tempo**. Esse **tempo** inclui a marcação da **Folha de Respostas** das questões objetivas. Você somente poderá sair em definitivo do Local de Prova depois de decorridas **3h (três horas)** do seu início.
6. Na **Folha de Respostas**, confira seu **nome**, número do seu **documento de identificação** e **cargo escolhido**.
7. Em hipótese alguma lhe será concedida outra **Folha de Respostas**.
8. Preencha a **Folha de Respostas** utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta. Na **Folha de Respostas** de questões objetivas, preencha completamente o círculo correspondente à alternativa escolhida, conforme modelo: 1

A	B	C	D	E
☐	☐	☐	☒	☐
9. Será atribuído o valor ZERO à questão que contenha na **Folha de Respostas** de questões objetivas: dupla marcação, marcação rasurada ou emendada, não preenchida totalmente ou que não tenha sido transcrita.
10. A correção da prova objetiva será efetuada de forma eletrônica e considerando-se apenas o conteúdo da **Folha de Respostas**.
11. Caso a Comissão julgue uma questão como sendo nula, os pontos serão atribuídos a todos os candidatos.
12. Não será permitida qualquer espécie de consulta.
13. Ao terminar a prova, **devolva** ao **Fiscal** de Sala este **Caderno de Questões**, juntamente com a **Folha de Respostas** objetivas e **assine a Lista de Presença**.
14. Nas salas que apresentarem apenas 1 (um) fiscal de sala, os 3 (três) últimos candidatos somente poderão ausentar-se do recinto juntos, após a **assinatura da Ata de Encerramento** de provas.

Boa Prova!

N. do doc. de identificação (RG, CNH etc.):

Assinatura do(a) candidato(a):



FUNDEPES

Maceió/AL, 16 de Dezembro de 2012.



Você confia no resultado!



DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Acerca do regime jurídico aplicável aos contratos administrativos, assinale a opção correta.

- A) A liberdade de forma e a igualdade entre as partes constituem traços característicos tanto dos contratos regidos pelo Direito Privado, quanto dos contratos administrativos. Por isso, para haver alguma alteração no contrato administrativo, é imprescindível a anuência da empresa contratada pela Administração Pública.
- B) Nos contratos de concessão de serviço público disciplinados pela Lei nº. 8.987/95, a Administração Pública apenas delega a execução do serviço, que será prestado por empresa concessionária ou consórcio de empresas por sua conta e risco. Assim, compete ao Poder Público concedente o dever de fiscalização da prestação do serviço aos usuários, podendo, inclusive, realizar intervenção na concessão com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes.
- C) Nos contratos de Parcerias Público Privadas, o parceiro privado assume integralmente os encargos referentes ao objeto do contrato, não se admitindo o compartilhamento de riscos com o Poder Público relacionados a caso fortuito, força maior ou álea econômica extraordinária.
- D) A falta de pagamento dos encargos trabalhistas por parte de empresa contratada pela Administração Pública acarreta, para esta, a transferência automática da responsabilidade de tal pagamento.
- E) É pacífico na doutrina nacional o entendimento segundo o qual a sanção de suspensão temporária de participação em licitação e de contratação com a Administração Pública, por prazo não superior a dois anos, restringe-se à entidade administrativa responsável pela aplicação da sanção. Por outro lado, a declaração de inidoneidade alcança a Administração Pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

2. Assinale a opção correta, de acordo com o Estatuto dos Servidores Municipais de Maceió (Lei nº. 4.973/2000).

- A) É válido o inquérito administrativo instaurado para apurar a prática de infração disciplinar sem observância dos princípios do contraditório e ampla defesa.
- B) Sempre que o ilícito praticado por servidor ensejar a aplicação da penalidade de suspensão por mais de 30 (trinta) dias, de demissão, de cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou destituição de cargo em comissão, será obrigatória a instauração de processo disciplinar.
- C) Caso servidor tenha provocado lesão aos cofres públicos municipais, poderá sofrer a sanção de suspensão, não sendo admitida a de demissão.
- D) Ao servidor estável, é assegurado o direito subjetivo à licença remunerada para qualificação profissional, desde que não ultrapasse o período de 4 (quatro) anos.
- E) Configura-se abandono de cargo a ausência injustificada de servidor por mais de 10 (dez) dias consecutivos.

3. Sobre os princípios constitucionais que regem a Administração Pública, assinale a opção correta.

- A) De acordo com o entendimento do STF, a vedação da prática de nepotismo no Poder Público, em todas as esferas da federação, não depende de expressa previsão legal, pois tal vedação já pode ser extraída dos princípios constitucionais da moralidade e da impessoalidade, haja vista possuírem força normativa própria.
- B) Pedro dos Santos, Prefeito Municipal, decide nomear seu irmão, Marcelo dos Santos, para o cargo de Secretário de Saúde do Município. Ainda que Marcelo apresente as qualificações técnicas e formação profissional necessárias para o exercício das atribuições inerentes ao cargo, sua nomeação seria nula por contrariar jurisprudência do STF.
- C) Em decorrência do princípio da legalidade, os atos administrativos viciados serão considerados nulos desde a sua origem. Logo, não pode ser invocada a boa-fé do administrado para preservar alguns dos efeitos do ato administrativo anulado.
- D) Os princípios constitucionais consubstanciam orientações ou diretrizes sem caráter obrigatório para o Poder Público, uma vez que, diante da vagueza de seus conteúdos, exigem uma regulamentação pormenorizada pelo legislador ordinário para serem aplicados.
- E) Os princípios implícitos da Administração Pública, como o da razoabilidade e o da supremacia do interesse público sobre o do particular, são hierarquicamente inferiores aos princípios expressos. Assim, em eventual conflito principiológico verificado em determinado caso concreto, o princípio expresso prevalecerá sobre o implícito.

4. Sobre licitações públicas, assinale a opção correta.

- A) Em razão da inovação introduzida pela Lei nº. 12.349/2010 na Lei de Licitações (Lei nº. 8.666/93), as licitações também se prestam à promoção do desenvolvimento nacional sustentável. Desse modo, poderá ser fixada margem de preferência para produtos manufaturados e para serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras com base em estudos revistos periodicamente, em prazo não superior a 5 (cinco) anos, que levem em consideração: geração de emprego e renda; efeito na arrecadação de tributos; desenvolvimento e inovação tecnológica realizados no país; custo adicional dos produtos e serviços; em suas revisões, análise retrospectiva de resultados.
- B) É constitucional o preceito segundo o qual, na análise de licitações, serão considerados, para averiguação da proposta mais vantajosa, entre outros itens, os valores relativos aos impostos pagos à Fazenda Pública do ente federativo onde se fará a contratação.
- C) As empresas públicas e sociedades de economia mista que exploram atividade econômica e se revestem de personalidade jurídica de direito privado não são obrigadas, em nenhum caso, a realizar licitações públicas.
- D) Nos termos da Lei de Licitações (Lei nº. 8.666/93), o processo licitatório destina-se tão somente a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.
- E) Havendo empate no processo licitatório, será sempre assegurada preferência aos bens e serviços produzidos ou prestados por empresas brasileiras de capital nacional.



5. Sobre o tema da responsabilidade civil do Estado, assinale a opção correta.

- A) Caso uma professora da rede pública municipal seja atingida por tiro de arma de fogo desferido por aluno em sala de aula, não estaria caracterizada a responsabilização civil do Município.
- B) O regime da responsabilidade civil objetiva do Estado apenas é aplicado quando o agente público, no exercício de suas funções, pratica ato ilícito, causando danos a terceiros. Assim, não se pode responsabilizar objetivamente o Estado em virtude de atos ilícitos praticados por seus agentes, no exercício da função.
- C) A vítima do dano provocado por ato comissivo de agente público no exercício da função poderá ajuizar ação indenizatória diretamente contra este ou contra o Estado.
- D) No Brasil, admite-se, em regra, a responsabilidade objetiva do Estado decorrente de danos causados por atos jurisdicionais, respondendo o magistrado, regressivamente, nos casos de dolo ou culpa.
- E) Motorista de ônibus de empresa de transporte coletivo municipal (concessionária de serviço público) acidenta fatalmente um ciclista. De acordo com a perícia, o acidente não foi provocado por culpa exclusiva da vítima, nem por caso fortuito ou força maior. Nesta situação, e de acordo com recente orientação do STF, a concessionária do serviço público responde objetivamente pelo dano causado ao ciclista.

6. Em relação à organização da Administração Pública, assinale a opção correta.

- A) Embora as sociedades de economia mista que exploram atividade econômica devam realizar concurso público para admissão de pessoal, aplica-se aos seus empregados o regime celetista. Desse modo, como não possuem a garantia da estabilidade, esses empregados podem ser dispensados de acordo com os critérios de conveniência e oportunidade do superior hierárquico, sendo pacífico, inclusive no âmbito do Poder Judiciário, que não há necessidade de motivação para tais dispensas.
- B) As entidades privadas sem fins lucrativos, que forem qualificadas como Organização Social (OS) ou Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), farão parte da Administração Pública Indireta do ente federativo com quem firmaram contratos de gestão ou termos de parceria.
- C) Caso um consórcio público seja extinto, até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação remanescente, os entes consorciados responderão solidariamente por elas.
- D) As empresas públicas são pessoas jurídicas de direito privado e podem ser criadas para explorar atividade econômica ou prestar serviço público. Desse modo, não gozam do privilégio da impenhorabilidade sobre seu patrimônio e rendas.
- E) As empresas públicas e sociedades de economia mista se submetem a um regime jurídico híbrido, composto de normas de Direito Público e de Direito Privado. Por essa razão, mesmo quando forem criadas para atuar no domínio econômico, desfrutarão de imunidade tributária em relação a impostos incidentes sobre seu patrimônio, rendas e serviços.

7. Dados os itens abaixo,

- I. De acordo com a CF/88, todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de interesse coletivo ou geral, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. Com fundamento neste preceito, tem-se entendido que a remuneração bruta, cargos e funções titularizados pelos agentes públicos são assuntos de interesse coletivo ou geral. Dessa maneira, a divulgação dessas informações está compatível com o dever de transparência na gestão pública.
- II. A chamada "Lei de acesso à informação" (Lei nº 12.527/2011), determina que não poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.
- III. O dever de transparência na utilização e destinação dos recursos públicos, decorrente do princípio da publicidade administrativa, não se estende às organizações sociais, pois elas não integram os quadros da Administração Pública.

verifica-se que está(ão) correto(s)

- A) apenas I.
- B) apenas I e II.
- C) apenas II e III.
- D) I, II e III.
- E) apenas II.

8. Quanto à gestão dos bens públicos, assinale a opção correta.

- A) A concessão de uso é um contrato administrativo pelo qual a Administração concede ao particular o uso privativo de um bem público conforme sua destinação, porém neste tipo de contrato não incidem as cláusulas exorbitantes.
- B) A concessão de direito real de uso é o contrato de direito público por meio do qual a Administração concede a título gratuito ou oneroso, por prazo certo ou indeterminado, ao particular o direito real e resolúvel de uso de um terreno público ou de um espaço aéreo que o recobre.
- C) A concessão de direito real de uso é instituto *intuitu personae* e a finalidade desta concessão não precisa estar explicitada em lei, enquanto que a concessão de uso é ato suscetível de transferência por *ato inter vivos* ou *causa mortis* e os fins da concessão devem estar explicitamente definidos em lei.
- D) A autorização de uso dos bens públicos é ato administrativo precário, porém vinculado, pelo qual o Poder Público, gratuita ou onerosamente, consente na utilização de um bem atendendo preponderantemente ao interesse do particular.
- E) A permissão de uso é ato discricionário e precário, mediante o qual a Administração consente, gratuitamente e sem caráter obrigacional, que o administrado se utilize de um bem público com vista à satisfação de interesse preponderantemente particular.



9. Sobre o Regime Jurídico dos Servidores do Município de Maceió, é correto afirmar:

- A) tratando-se de dano causado a terceiros, responderá o servidor perante estes, em ação regressiva.
- B) a responsabilidade civil-administrativa resulta de ato omissivo ou comissivo praticado pelo servidor mesmo quando fora do exercício de seu cargo ou função.
- C) a responsabilidade administrativa do servidor não será afastada no caso de absolvição criminal pela prática de crime ou contravenção.
- D) o servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.
- E) a responsabilidade civil decorre tão somente dos atos comissivos, dolosos ou culposos, que resultem em prejuízo a terceiros.

10. Dados os itens abaixo,

- I. A regra constitucional que assegura a irredutibilidade de vencimentos não afasta a aplicação de teto remuneratório, mas exclui deste limite todas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza percebidas pelo servidor público.
- II. Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia.
- III. Segundo a CF/88, a lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento. Dessa regra, tem-se extraído o entendimento, adotado pelo STF, segundo o qual são imprescritíveis as ações que visam ao ressarcimento de danos ao erário público.

verifica-se que está(ão) correto(s) apenas

- A) III.
- B) II.
- C) I e III.
- D) I e II.
- E) II e III.

11. Sobre o Poder de polícia administrativa, é correto afirmar:

- A) no exercício do poder de polícia administrativa a Administração possui autoexecutoriedade para a cobrança de multas, mesmo quando resistida pelo particular.
- B) quando um fato objeto da ação punitiva da Administração também constituir crime, a prescrição rege-se-á pelo prazo previsto na lei penal.
- C) a polícia administrativa incide sobre as pessoas, enquanto a polícia judiciária, bem como a polícia de manutenção da ordem pública, atua sobre os bens, direitos e atividades.
- D) considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou obtenção de fato, em razão de interesse público, exceto os concernentes ao exercício das atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do poder público.
- E) os meios de que se utiliza o Estado para exercitar o poder de polícia são: atos normativos e atos administrativos bilaterais de natureza repressiva, como ordens administrativas e notificações.

12. Sobre o controle interno e externo da Administração Pública, marque a opção errada.

- A) O controle externo é aquele exercido por um poder diverso daquele que praticou o ato administrativo e, quando realizado pelo Poder Legislativo, divide-se em controle político e financeiro.
- B) Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.
- C) O controle externo financeiro é exercido sobre a área econômica e tributária.
- D) O controle interno é aquele exercido por órgãos de um Poder sobre condutas administrativas produzidas dentro de sua esfera, e neste tipo de controle aprecia-se não somente a legalidade como o mérito do ato administrativo.
- E) Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno.

13. Sobre a disciplina constitucional dos servidores públicos, assinale a opção correta.

- A) Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, exceto suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo, não solidário, mediante contribuição do respectivo ente público.
- B) A remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional da União, poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- C) Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, reconduzido ao cargo de origem, com direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
- D) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis a todos os brasileiros assim como aos estrangeiros.
- E) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego.

14. Sobre os atos administrativos, assinale a opção correta.

- A) Mesmo o ato administrativo sendo portador de defeitos ou vícios sanáveis que não resultarem em prejuízo para o interesse público ou para terceiros, não pode ser suprido o vício e o ato convalidado, conforme doutrina majoritária.
- B) Exequibilidade é a aptidão para a produção de efeitos dos atos administrativos; por isso, todo ato eficaz é considerado exequível.
- C) Os atos emanados de órgãos colegiados são considerados atos complexos, a exemplo do procedimento administrativo e dos chamados atos compostos, onde a vontade de um órgão administrativo depende da manifestação de outro órgão para produzir efeitos.
- D) Mesmo quando a Administração Pública pratica atos sob o regime de direito privado, pratica ato administrativo.
- E) Um ato administrativo é considerado discricionário quando a lei prevê diversos objetos possíveis para se atingir determinado fim.



15. Dados os itens abaixo,

- I. Firmou-se entendimento de que há responsabilidade solidária entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios em oferecer os meios adequados para que os indivíduos tenham acesso ao direito à saúde.
- II. É incontroverso que o Poder Judiciário pode exercer controle sobre as políticas públicas, promovendo-lhes alterações quando reputar necessárias ao interesse coletivo, ainda que disso resulte aumento de despesa ao erário. Segundo a doutrina dominante, a teoria da reserva do possível não constitui um limite em relação à obrigação do Estado em executar ações e serviços na área da saúde.
- III. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: descentralização, com direção única em cada esfera de governo; atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; participação da comunidade.

verifica-se que está(ão) correto(s) apenas

- A) III.
- B) II.
- C) I.
- D) I e II.
- E) I e III.

DIREITO CIVIL E EMPRESARIAL

16. Veja-se a seguinte afirmação de Paulo Luiz Netto Lôbo: “A admissão da vulnerabilidade como categoria jurídica do direito contratual importa giro copernicano, que desafia a concepção individualista da autonomia privada. A vulnerabilidade do contratante é fruto do Estado social, assegurado pela Constituição, com seu comprometimento de realização da justiça social e redução das desigualdades sociais. A justiça social, no plano contratual, atribui mais tutela jurídica ao contratante, que o direito presume vulnerável, a exemplo do trabalhador, do inquilino, do consumidor, do aderente, pois implica transformação, promoção, mudança, segundo o preciso enunciado constitucional: ‘reduzir as desigualdades sociais’ (arts. 3º, III e 170, VII)” (In: Direito Civil: Contratos. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 138). Tal reconhecimento da vulnerabilidade enquanto categoria do direito contratual brasileiro

- A) poderá resultar em um controle preventivo ou repressivo pela via legislativa ou judicial. Tal controle, contudo, deve ser dispensado nas relações interempresariais, pois os contratantes são considerados iguais, ou detentores de poderes equivalentes.
- B) importa na presunção legal absoluta de que as pessoas legalmente definidas como tais são vulneráveis, o que impede ao julgador decidir sobre o grau de vulnerabilidade de tais pessoas (v.g.: trabalhador, consumidor, aderente), levando-se em consideração a maior ou menor situação econômica de cada um deles, a fim de modular a tutela jurídica, ou até mesmo afastá-la.
- C) resulta na presunção legal absoluta (*iuris et de iure*) de hipossuficiência do contratante aderente.
- D) poderá resultar na inversão do ônus da prova, caso o juiz verifique concretamente a vulnerabilidade de quem alega.
- E) impõe a proteção jurídica de determinadas posições contratuais ocupadas por vulneráveis. Isto sempre dependerá, contudo, de aferição real ou prova a ser produzida por quem alega ser vulnerável.

17. Assinale a opção correta.

- A) Considera-se simples a sociedade que não tenha por objeto o exercício de atividade própria de empresário. Nada impede que se constitua uma sociedade simples sob a forma de sociedade de responsabilidade limitada, ou sob a forma de sociedade por ações.
- B) Em virtude de sua natureza empresarial, as sociedades cooperativas devem ser inscritas perante a junta comercial.
- C) A sociedade limitada não pode adquirir suas próprias quotas.
- D) A inscrição do empresário ou sociedade empresária perante o registro público de Empresas Mercantis, conforme preceitua o art. 967 do CC, é requisito delineador de sua regularidade, e não da sua caracterização enquanto empresário.
- E) Não se admite – em relação às sociedades empresárias – a contribuição em trabalho dos sócios, de modo que deverão contribuir em pecúnia ou bens. Caso contribuam em bens, estes deverão ser periciados, a fim de estimar o seu valor, e os sócios responderão solidariamente pela estimação dos bens, pelo prazo de três anos, caso se trate de sociedade limitada.

18. No que diz respeito às cláusulas abertas, é correto afirmar que

- A) caracterizam-se enquanto espécies de normas jurídicas nas quais se verifica certo grau de indeterminação quanto aos pressupostos de fato da norma, e/ou em relação às consequências jurídicas dela. A discricionariedade na colmatação das cláusulas gerais, contudo, impede o controle das decisões judiciais com base em cláusulas gerais.
- B) cláusulas abertas tais como a boa-fé e a função social do contrato podem ser afastadas, em vista do exercício da autonomia privada dos contratantes.
- C) exercem uma função assistêmica, permitindo a correção de disfuncionalidades no sistema.
- D) são fontes subsidiárias, vez que a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro somente autoriza ao juiz fazer uso deste expediente quando a lei for omissa.
- E) são apenas cânones hermenêuticos, que não vinculam o julgador.

19. No que respeita aos Fatos Jurídicos, aponte a opção incorreta.

- A) O Código Civil de 2002 recepcionou a teoria do mandato "impróprio" ou "atípico", pelo que pode existir contrato de mandato no qual o mandatário receba poderes apenas para agir *por conta*, mas não *em nome* do mandante.
- B) Regra geral, a forma não é um requisito de validade dos negócios jurídicos.
- C) O advento da prescrição implica a extinção do direito de ação.
- D) A condição é a cláusula que subordina o efeito do negócio jurídico, oneroso ou gratuito, a evento futuro e incerto, e tem aceitação voluntária.
- E) O negócio jurídico nulo pode ser firmado.

20. No que respeita à extinção das obrigações, assinale a opção correta.

- A) A restituição voluntária do objeto empenhado prova a renúncia do credor à garantia real, não a extinção da dívida. O mesmo fenômeno ocorre em relação à devolução voluntária do título da obrigação, realizada por iniciativa do credor e por escrito particular.
- B) A novação é uma espécie de negócio jurídico em virtude do qual nova dívida substitui e extingue uma anterior. Em se tratando de novação subjetiva passiva, por ser negócio receptício, faz-se mister o consentimento do credor e do primitivo devedor.
- C) O adimplemento, enquanto via privilegiada de extinção das obrigações, normalmente satisfaz o credor e libera o devedor. Entretanto, pode haver adimplemento sem liberação do devedor, assim como a liberação do devedor poderá se dar antes da satisfação do credor.
- D) A assunção de dívida, realizada nos termos da legislação vigente, importa na exoneração do devedor primitivo. É o que ocorre em virtude do trespasse, por exemplo, o que explica a necessidade de consentimento dos credores do alienante para a eficácia do ato.
- E) Se duas pessoas forem ao mesmo tempo credor e devedor uma da outra, as duas obrigações extinguem-se, até onde se compensarem. A compensação efetua-se entre dívidas líquidas, vencidas ou vincendas, e de coisas fungíveis. Por se operar de pleno direito, no sistema do código civil vigente, poderá ser decretada de ofício pelo juiz.

21. No que respeita à aquisição do direito de propriedade, pode-se afirmar que

- A) a propriedade das coisas não se transfere pelos negócios jurídicos antes da tradição; mas, em virtude da aposição da cláusula de venda sobre documentos no contrato de compra e venda, pode-se substituir a tradição da coisa pela entrega do seu título representativo e dos outros documentos exigidos pelo contrato ou, no silêncio deste, pelos usos.
- B) por serem alienáveis, os bens públicos dominicais são passíveis de aquisição pela via da usucapião.
- C) regra geral, o imóvel hipotecado poderá ser alienado. O adquirente do imóvel hipotecado, desde que não se tenha obrigado pessoalmente a pagar as dívidas aos credores hipotecários, poderá exonerar-se da hipoteca, abandonando-lhes o imóvel. Consideram-se nulas, portanto, as cláusulas que vedam a alienação do imóvel hipotecado, e as que determinam a antecipação do vencimento da hipoteca quando verificada a alienação do imóvel.
- D) a descoberta é uma forma de aquisição originária do direito de propriedade.
- E) a desapropriação é uma forma de aquisição derivada do direito de propriedade, tanto é assim que ao expropriado é assegurado o direito de preferência na aquisição da coisa, se provar que não teve o destino para que se desapropriou, ou que não foi utilizada em obras ou serviços públicos.

22. Dadas as seguintes assertivas sobre a sucessão à causa de morte,

- I. Somente com a aceitação, seja ela expressa ou tácita, dá-se a transmissão da posse e da propriedade da herança aos herdeiros.
- II. Considera-se que a herança defere-se como um todo unitário, de modo que o direito dos co-herdeiros, quanto à posse e propriedade da herança, será indivisível, até que se realize a partilha.
- III. O capital estipulado em virtude da contratação de seguro de vida ou de acidentes pessoais, para o caso de morte, é considerado herança para todos os efeitos de direito.
- IV. A doação de ascendentes a descendentes, ou de um cônjuge a outro, importa adiantamento do que lhes cabe por herança. Tais bens recebidos em virtude de doação integrarão a parte indisponível da herança, também chamada de legítima, exceto se o doador determinar que tais doações saiam da parte disponível.
- V. Não se admite a presunção de dispensa da colação, de modo que sempre deverá constar do testamento, ou do próprio título da liberalidade.

é de se considerar que são verdadeiras apenas

- A) II, IV e V.
- B) I, II e III.
- C) I, III e V.
- D) I, IV e V.
- E) II e IV.



23. Qual das opções abaixo pode ser apontada como correta no que respeita ao regramento das pessoas jurídicas?

- A) Regra geral, consideram-se dominicais os bens pertencentes aos consórcios públicos constituídos como associações públicas.
- B) A pessoa jurídica pode sofrer dano moral. Neste caso, considera-se que a pessoa jurídica poderá ser vítima de uma lesão ao direito a honra, seja na modalidade objetiva ou subjetiva.
- C) A teoria da desconsideração não pode ser invocada pela pessoa jurídica em seu favor.
- D) A fundação somente poderá constituir-se para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência. Destarte, não se poderá admitir a constituição de uma fundação para o desenvolvimento de pesquisas científicas.
- E) Velará pelas fundações o Ministério Público do Estado onde situadas. Se funcionarem no Distrito Federal, ou em Território, caberá o encargo ao Ministério Público Federal.

24. Assinale a opção incorreta no que toca à sistemática das cláusulas abusivas no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

- A) Em virtude do princípio da preservação da relação contratual, a nulidade de uma cláusula contratual abusiva não invalida o contrato, via de regra.
- B) Se, em virtude de cláusula abusiva, o consumidor efetuou pagamentos indevidos, não poderá valer-se da compensação em relação às outras dívidas, já que não é possível fazer uso de dívidas de origem ilícita para efeito de compensação.
- C) É nula a aposição de cláusula mandato nos contratos celebrados entre consumidores e administradoras de cartão de crédito.
- D) O rol de cláusulas abusivas previsto no Código de Defesa do Consumidor é exemplificativo, o que permite ao julgador identificar outras cláusulas abusivas que não as legalmente previstas, levando em consideração a principiologia do Código.
- E) Nos contratos bancários, é vedado ao julgador conhecer, de ofício, da abusividade das cláusulas.

25. Sobre a responsabilidade civil do Estado, assinale a opção incorreta.

- A) O prazo prescricional referente à pretensão de reparação civil contra a Fazenda Pública é quinquenal.
- B) Para o exercício do direito de regresso da Administração em face do agente causador do dano, impõe-se a denúncia da lide.
- C) Nas indenizações por danos morais, decorrentes da responsabilidade objetiva do Estado, incide a correção monetária desde a data do arbitramento.
- D) O candidato de concurso público, aprovado e classificado no número de vagas fixada no edital do certame, nomeado em virtude de decisão judicial, não tem direito de ser indenizado pelo período não trabalhado, ainda que reste comprovada a mora da administração quanto ao dever de nomear os candidatos aprovados e classificados.
- E) Somente é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.

DIREITO CONSTITUCIONAL

26. Acerca do poder constituinte de reforma e a mutação constitucional, assinale a opção correta.

- A) O presidente da República não possui legitimidade para propor uma emenda constitucional.
- B) Ocorre a mutação constitucional quando da mudança do texto constitucional, permanecendo o sentido anterior da norma alterada.
- C) A revisão constitucional será realizada após dez anos, contados da promulgação da Constituição, pelo voto da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, em sessão bicameral.
- D) A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.
- E) Poderá ser objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a liberdade de expressão e de comunicação.

27. Segundo a Constituição do estado de Alagoas, a autonomia dos municípios será assegurada

- A) pelo exercício de administração própria, no que concerne ao interesse nacional.
- B) pela instituição e arrecadação de tributos de sua competência.
- C) pela execução de serviços públicos de qualquer natureza.
- D) pelo poder de auto-organizar-se mediante lei complementar.
- E) pela eleição indireta do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores.

28. Dadas as proposições seguintes sobre os direitos fundamentais consagrados na Constituição Federal de 1988 e sua proteção,

- I. Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
- II. É a todos assegurado, independentemente do pagamento de taxas, o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.
- III. Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, amparado por "habeas-corpus" ou "habeas-data", quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- IV. Conceder-se-á *Habeas Data* para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

verifica-se que está(ão) correta(s) apenas

- A) I, II e III.
- B) I, II e IV.
- C) II, III e IV.
- D) I.
- E) II e III.



29. Dadas as proposições seguintes acerca do controle de constitucionalidade, Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) e Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC),

- I. Podem ser objeto de Ação Direta de Inconstitucionalidade Emendas à Constituição votadas segundo o procedimento estabelecido pelo poder constituinte originário e Medidas Provisórias.
- II. Em relação à via de análise da inconstitucionalidade das normas, o controle pela via incidental ou de exceção ocorre quando a aferição da constitucionalidade se dá no bojo de um processo em que se busca a solução para um caso concreto. Nesses casos, a inconstitucionalidade não é o objeto da ação, mas uma questão prejudicial que influenciará na decisão final.
- III. As decisões finais de mérito da Ação Declaratória de Constitucionalidade e da Ação Direta de Inconstitucionalidade, em regra, possuem efeitos *erga omnes*, vinculantes e ex-nunc.
- IV. O Procurador-Geral da República, Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Partido político com representação no Congresso Nacional e Confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional são considerados legitimados universais para a propositura de ADI e ADC.

verifica-se que são verdadeiras

- A) somente II e IV.
- B) somente III e IV.
- C) I, II, III e IV.
- D) somente I, II e III.
- E) somente I e II.

30. Acerca do controle de constitucionalidade, Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) e Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC), Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), Leis nº 9.868/1999 e nº 9.882/1999, assinale a opção correta.

- A) Nos processos do controle abstrato de constitucionalidade a causa de pedir é aberta, razão pela qual a decisão que declara a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade de norma não pode ser atacada por qualquer recurso previsto como tal do Código de Processo Civil, bem como não poderá ser objeto de ação rescisória.
- B) Segundo a doutrina, a possibilidade de admissão de *amicus curie* no processo de controle de constitucionalidade está relacionada à abertura da interpretação constitucional, a fim de conferir maior legitimização à jurisdição constitucional, e fornecer elementos subjacentes à decisão a ser tomada.
- C) Não existe violação à cláusula de reserva de plenário quando a decisão de órgão fracionário de tribunal não declara expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, limitando-se a afastar sua incidência, no todo ou em parte.
- D) As decisões proferidas pelo STF em ADI e ADC têm sempre efeito vinculante em relação ao Poder Judiciário e à Administração Pública direta e indireta.
- E) Não se admite a concessão de medida cautelar em Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão.

31. Sobre o controle de constitucionalidade, assinale a opção correta.

- A) Caberá a arguição de descumprimento de preceito fundamental quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo estadual ou municipal, excluídos os anteriores à Constituição.
- B) A declaração de constitucionalidade ou de inconstitucionalidade, inclusive a interpretação conforme a Constituição e a declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto, têm eficácia entre as partes e efeito vinculante em relação aos órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública federal, estadual e municipal.
- C) O processo de controle da omissão previsto na Constituição é concreto e, consoante a sua própria natureza, a decisão decorrente deste controle tem efeitos entre as partes.
- D) O texto constitucional de 1988 não contemplou expressamente a questão do controle abstrato das normas no âmbito municipal, sendo este aferido a partir do controle abstrato estadual.
- E) Compete aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da constituição estadual, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão.

32. Dadas as assertivas seguintes acerca da Organização dos Poderes na Constituição da República, Poder Legislativo e Poder Executivo,

- I. A Constituição Federal distribuiu as funções estatais entre os Poderes da República em caráter de preponderância, razão pela qual se fala em funções típicas e atípicas de cada Poder. As funções típicas do Poder Legislativo são legislar, que consiste em editar espécies normativas primárias, derivadas diretamente da Constituição Federal; e fiscalizar, ou seja, exercer o controle externo dos demais Poderes, com auxílio do Tribunal de Contas.
- II. Em razão da autonomia de que gozam os estados membros e municípios na ordem constitucional brasileira, é possível, desde que obedecidas as exigências contidas na respectiva Constituição estadual e Lei Orgânica municipal, a instituição de legislativo bicameral nos estados e municípios.
- III. No Brasil, as eleições para o Poder Executivo adotam o sistema majoritário, podendo este tipo de sistema ser dividido em majoritário puro e majoritário de dois turnos. O majoritário puro é aplicável para eleição de prefeitos de municípios com mais de duzentos mil eleitores.
- IV. De acordo com a Constituição Federal, as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, podendo ser criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, sendo um dos requisitos para criação da CPI a restrição do seu objeto a fato determinado. Por esta razão, o Supremo Tribunal Federal entende não ser possível a investigação pela CPI de fatos conexos que se ligam intimamente com o fato principal e venham a surgir no decorrer dos trabalhos da Comissão.

verifica-se que é(são) verdadeira(s)

- A) somente I.
- B) somente III e IV.
- C) I, II, III e IV.
- D) somente I e III.
- E) somente II e IV.



33. Sobre a organização do Estado Brasileiro, assinale a opção correta.

- A) A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.
- B) É competência dos municípios organizar e prestar, diretamente ou sob regime de autorização ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que, no entanto, não tem caráter essencial.
- C) O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em único turno e aprovada por um terço dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos.
- D) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei ordinária, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- E) Os Estados poderão, mediante intervenção estadual, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

34. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Sobre o assunto, assinale a opção correta.

- A) É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, ressalvados apenas os casos de segurados portadores de deficiência, nos termos definidos em lei complementar.
- B) É possível a concessão de benefício previdenciário que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado em valor mensal inferior ao salário mínimo.
- C) São considerados objetivos da seguridade social, dentre outros: a universalidade da cobertura e do atendimento, seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços, e o caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.
- D) A assistência social será prestada a quem dela necessitar, mediante contribuição à seguridade social, e tem como um dos objetivos a promoção da integração ao mercado de trabalho.
- E) A saúde é direito de todos e dever do Estado, cujas ações e serviços integram uma rede regionalizada e hierarquizada em um sistema único. Em respeito aos princípios da administração pública, os gestores locais do SUS não poderão admitir agentes comunitários de saúde por meio de processo seletivo simplificado, impondo-se a realização de concurso público para este fim.

35. Sobre a Advocacia Pública como função essencial à Justiça, assinale a opção correta.

- A) O advogado é dispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.
- B) A Defensoria Pública é instituição essencial à função executiva do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados.
- C) Diferente dos defensores públicos, os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.
- D) A Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei, complementar o que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Judiciário.
- E) A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

36. De acordo com a Lei Orgânica do Município de Maceió, assinale a opção correta.

- A) A alienação de bens municipais móveis e imóveis será sempre condicionada à comprovação de interesse público na efetuação da medida e prévia avaliação, além de, em regra, depender de autorização legislativa e licitação na modalidade concorrência.
- B) O Poder Legislativo Municipal é exercido pela Câmara Municipal, composta por 15 (quinze) Vereadores eleitos mediante sufrágio universal e direto, respeitado o sistema proporcional, dentre cidadãos maiores de dezoito anos, em pleno exercício dos direitos públicos.
- C) O Poder Executivo do Município de Maceió é exercido pelo Prefeito Municipal, com auxílio dos Secretários Municipais, tendo o Prefeito a prerrogativa de apenas ser processado e julgado perante o Tribunal de Justiça do Estado.
- D) Compete ao Município de Maceió instituir, organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, excluído deste rol o serviço de transportes urbanos.
- E) Compete ao Município de Maceió desenvolver ações preventivas de segurança do trabalho, implementando programas e campanhas, no âmbito do Município, visando à eliminação dos acidentes do trabalho e à preservação da integridade física dos seus servidores.



37. Acerca da ordem econômica e financeira, assinale a opção correta, conforme a Constituição Federal.

- A) Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor privado e indicativo para o setor público.
- B) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando ao controle ou redução destas por meio de lei.
- C) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico.
- D) A ordem econômica é fundada na valorização do trabalho humano e na iniciativa privada, tendo por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da ordem social e da segurança jurídica.
- E) Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado é permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, dentre outros casos.

38. Sobre os Direitos e Garantias Fundamentais, assinale a opção correta.

- A) De acordo com o Supremo Tribunal Federal, a exigência legal de visto do advogado para o registro de atos e contratos constitutivos de pessoas jurídicas ofende os princípios constitucionais da isonomia e da liberdade associativa.
- B) É livre a associação profissional ou sindical, mas a lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, bem como o registro no órgão competente.
- C) Ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato. No caso do trabalhador que venha a se aposentar e deseje permanecer filiado, ele tem o direito à filiação protegido, mas perde o direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.
- D) A Constituição Federal assegura aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral, contraditório e ampla defesa (artigo 5º, inciso LV). Em razão desta garantia fundamental, conclui-se que a falta de defesa técnica por advogado no Processo Administrativo Disciplinar (PAD) ofende a Constituição.
- E) De acordo com doutrina e a jurisprudência, tanto o sujeito passivo quanto o sujeito ativo dos direitos fundamentais pode ser uma pessoa física.

39. Assinale a opção incorreta.

- A) Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar Medida Provisória, desde que respeitados os requisitos e procedimento para tanto. De acordo com o princípio da simetria, seguindo-se o modelo federal, os chefes do Poder Executivo nos estados e Distrito Federal também podem editar Medidas Provisórias, desde que haja previsão na respectiva Constituição estadual ou na Lei Orgânica do Distrito Federal.
- B) Não podem ser objeto de Medida Provisória as seguintes matérias: concessão de aumento de servidor público, direito civil e serviços locais de gás canalizado.
- C) É vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso do prazo.
- D) Além de outros casos previstos na Constituição Federal, não podem ser objeto de Medida Provisória as seguintes matérias: nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos e direito eleitoral, e as reservadas à lei complementar.
- E) Considera-se cláusula pétrea o voto direto, secreto, universal e periódico, sendo vedada Emenda à Constituição tendente a abolir este direito do cidadão.

40. Considerando os temas aplicabilidade e interpretação das normas constitucionais e princípios metódicos da hermenêutica constitucional, assinale a opção correta.

- A) A técnica da interpretação conforme a Constituição busca evitar a declaração de inconstitucionalidade da norma e, conseqüentemente, sua nulidade, sendo vedada a utilização desta técnica nos casos de normas com múltiplos significados.
- B) Segundo o Supremo Tribunal Federal, a declaração de nulidade sem redução de texto e a interpretação conforme a Constituição são técnicas hermenêuticas incompatíveis.
- C) A doutrina constitucional considera, entre outros, como princípios da interpretação constitucional: unidade da Constituição, máxima efetividade e concordância prática ou harmonização.
- D) As chamadas normas constitucionais de eficácia contida não são imediatamente aplicáveis desde a promulgação da Constituição, pois dependem da edição de leis infraconstitucionais para gerarem efeitos.
- E) As normas programáticas estabelecem programas de atuação do Estado em favor dos indivíduos e, por essa razão, não são dotadas de eficácia vinculante.



DIREITO DO TRABALHO, PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL DO TRABALHO

41. Tratando do tema Carteira de Trabalho e Previdência Social, a opção incorreta é:

- A) Os acidentes de trabalho serão obrigatoriamente anotados pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS na carteira do acidentado.
- B) As Carteiras de Trabalho e Previdência Social serão entregues aos interessados pessoalmente, mediante recibo.
- C) Na impossibilidade de apresentação, pelo interessado, de documento idôneo que o qualifique, a Carteira de Trabalho e Previdência Social será fornecida com base em declarações verbais confirmadas por 3 (três) testemunhas, lavrando-se, na última folha de anotações gerais da carteira, termo assinado pelas mesmas testemunhas.
- D) Se o interessado não souber ou não puder assinar sua carteira, ela será fornecida mediante impressão digital ou assinatura a rogo.
- E) Para o exercício de qualquer emprego, inclusive de natureza rural, ainda que em caráter temporário, e para o exercício por conta própria de atividade profissional remunerada, é obrigatória a Carteira de Trabalho e Previdência Social.

42. Maria Aparecida foi admitida em 15.03.2003. Em 08.05.2012 foi comunicada por seu empregador de que, naquela data, teria início o aviso prévio, o qual seria trabalhado. Passados 18 (dezoito) dias, o gerente, a quem Maria Aparecida estava subordinada como Secretária, durante reunião, na presença de diversos empregados do setor, disse textualmente que ela havia se mantido durante todo o tempo no posto pelo fato de ter relações sexuais com o dono da empresa. De imediato, Maria Aparecida retirou-se da reunião e não retornou mais ao emprego. No caso dado pode-se afirmar que:

- A) não se caracterizou a rescisão indireta do contrato de trabalho eis que, ainda que patente à agressão moral, esta teria sido perpetrada pelo gerente e não pelo dono da empresa.
- B) o empregador praticou ato lesivo da honra e boa fama da empregada, tendo Maria Aparecida direito ao pagamento dos 18 dias já trabalhados e mais 30 dias correspondentes ao aviso prévio indenizados.
- C) restou caracterizada a rescisão indireta, tendo Maria Aparecida direito ao pagamento de forma indenizada dos 12 dias restantes correspondentes a diferença do aviso prévio, agora indenizado.
- D) restou caracterizada a rescisão indireta, tendo Maria Aparecida direito ao pagamento dos 18 dias já trabalhados e mais 57 dias correspondentes ao aviso prévio indenizados.
- E) restou caracterizado o abandono de emprego, perdendo, assim, o direito de receber os 12 dias restantes do aviso prévio.

43. É correto afirmar que:

- A) Não há óbice legal a contratação pelas empresas de prestação de serviço temporário de estrangeiros, mesmo que com visto provisório de permanência no País.
- B) Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a trinta e cinco horas semanais.
- C) A responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral.
- D) A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, ainda que o caso seja de trabalho temporário.
- E) De acordo com o disposto na Lei n.º 6.019/1974, a empresa de trabalho temporário pode ser constituída como pessoa física ou jurídica, urbana ou rural, cuja atividade consiste em colocar à disposição de outras empresas, temporariamente, trabalhadores, devidamente qualificados, por ela remunerados e assistidos.

44. Dadas as seguintes assertivas,

- I. A empresa é obrigada a informar à Previdência Social a ocorrência de acidentes de trabalho havidos com seus funcionários. Caso não haja afastamento das atividades o prazo da comunicação será de setenta e duas horas a partir do primeiro dia útil seguinte ao da ocorrência. Em caso de morte o prazo para comunicação será até o primeiro dia útil seguinte ao da ocorrência.
- II. O benefício do auxílio-doença acidentário será devido a partir do momento que houver a interrupção do contrato de trabalho, contado do 16º dia de afastamento do trabalhador empregado e para os demais segurados (avulso e especial), da data do início da incapacidade, ou seja, o dia subsequente ao infortúnio, ou o dia em que for feito o diagnóstico, valendo para este efeito o que ocorrer primeiro.
- III. para os acidentes de qualquer natureza ou cuja moléstia tenha como fato gerador a doença profissional ou do trabalho, a concessão do auxílio-doença acidentário não exige tempo mínimo de contribuição.
- IV. O segurado empregado afastado do trabalho para percepção do auxílio-doença acidentário, passa a fazer jus ao abono anual, correspondente a 1/12 avos do benefício continuado a partir do primeiro ano da concessão do benefício. Enquanto para os demais segurados (avulso e especial), o abono anual fica vinculado ao benefício principal no que tange ao início, vigência e término do benefício equivalente a 1/12 avos por mês do benefício concedido.
- V. Os depósitos relativos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço são obrigatórios nos casos de afastamento por licença decorrentes de acidente do trabalho.

verifica-se que é(são) verdadeira(s) apenas

- A) I, III e V.
- B) II.
- C) I, II e III.
- D) II, IV e V.
- E) V.



45. O Tribunal Regional do Trabalho da 25ª Região encontra-se dividido em quatro turmas. O Presidente do respectivo Tribunal Obreiro cometeu um ato ilegal em ação trabalhista, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*. *In casu*, impetrado o mandado de segurança contra o ato do Presidente, a competência funcional para julgar o writ:

- A) Será do Pleno do Tribunal Regional do Trabalho da 25ª Região, sendo que, o prazo para ajuizamento do mandado é de 120 dias, a partir da ciência inequívoca do Autor em relação ao ato impugnado.
- B) Será da Subseção II Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, sendo que, o prazo para ajuizamento do mandado é de 120 dias, cuja contagem terá início a partir da prática do ato impugnado.
- C) Será do Pleno do Tribunal Superior do Trabalho, sendo que, o prazo para ajuizamento do mandado é de 120 dias, cuja contagem terá início a partir da ciência inequívoca do Autor em relação ao ato impugnado.
- D) Será de uma das Turmas do Tribunal Regional do Trabalho da 25ª Região, sendo que, o prazo para ajuizamento do mandado é de 120 dias, cuja contagem terá início a partir da ciência inequívoca do autor em relação ao ato impugnado.
- E) Será da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, sendo que, o prazo para ajuizamento do mandado é de 8 dias, cuja contagem terá início a partir da ciência inequívoca do autor em relação ao ato impugnado.

46. Observe as seguintes proposições vertidas ao processo trabalhista:

- I. o depoimento da testemunha que não souber falar a língua nacional será feito por meio de intérprete indicado pela parte e compromissado na forma legal.
- II. o depoimento da parte que não souber falar a língua nacional será feito por meio de intérprete indicado pelo juiz.
- III. o depoimento de mudo que não saiba escrever, na qualidade de testemunha, será feito por meio de intérprete indicado pela parte, o qual deverá prestar o compromisso na forma legal.
- IV. a testemunha que for parente até o terceiro grau civil, amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes, não prestará compromisso, e seu depoimento valerá como simples informação.
- V. o depoimento de surdo-mudo será feito por meio de intérprete indicado pelo juiz e as despesas com o intérprete correrão por conta da parte a quem interessar o depoimento, salvo se beneficiária da justiça gratuita.

Com relação às proposições supra, é correto afirmar:

- A) são verdadeiras apenas as proposições I, III e IV.
- B) são verdadeiras apenas as proposições II, IV e V.
- C) são verdadeiras apenas as proposições II e V.
- D) são verdadeiras apenas as proposições IV e V.
- E) é verdadeira apenas a proposição IV.

47. Tratando-se de atos ocorridos no curso da execução no processo do trabalho, todas as opções são incorretas, salvo:

- A) Visando impedir a execução provisória dentro do processo do trabalho, pretendendo para tanto que o recurso seja recebido no efeito suspensivo, o mandado de segurança constitui-se em meio próprio para a obtenção do efeito buscado.
- B) Fere direito líquido e certo a determinação de penhora em dinheiro na execução provisória no processo do trabalho, mormente se nomeados outros bens a penhora, pois o executado trabalhista tem direito a que a execução se processe da forma que lhe seja menos gravosa.
- C) No processo do trabalho é proibida a promoção dos atos executórios *ex officio*.
- D) A execução provisória baseada em sentença proferida por juiz do trabalho, pode ser promovida a partir do recebimento do recurso com efeito meramente suspensivo, não diferindo pelo modo como se processa a execução definitiva.
- E) Na execução das contribuições previdenciárias decorrentes de sentença proferida no processo do trabalho, a atualização do crédito devido à Previdência Social observará os parâmetros fixados para atualização dos saldos dos depósitos de poupança e capitalizarão juros de três por cento ao ano.

48. José Silva foi admitido no Estado do Acre em 10.12.1988, sem a submissão a concurso público. No ano de 2005, após regular tramitação, foi publicada Lei criando o Regime Jurídico Único do Estado do Acre. Em 10.11.2012, José Silva foi dispensado de suas atribuições, sem receber quaisquer valores rescisórios/indenizatórios por parte do Estado. Na hipótese dada representa o pensamento do C. TST:

- A) O contrato celebrado com o Estado foi nulo, por não ter se submetido a concurso público, somente lhe conferindo direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo, e dos valores referentes aos depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
- B) O contrato celebrado com o Estado foi nulo, por não ter se submetido a concurso público. Porém, em face do princípio da primazia da realidade, faz jus ao pagamento de todas as parcelas rescisórias e indenizatórios decorrentes da dispensa do empregado sem justa causa.
- C) José Silva celebrou contrato de trabalho proibido com o Estado em face de não ter se submetido a concurso público. Porém, passados mais de 24 anos de prestação dos serviços, houve a convalidação da proibição da forma originária, sendo estável no emprego, não podendo ser dispensado.
- D) Terá direito a reintegração no emprego, em face da convalidação do regime celetista para estatutário, não exigindo este a submissão a concurso público, quando o trabalhador já se encontra a mais de dez anos prestando serviços, em face do princípio da estabilidade econômica obreira.
- E) O contrato celebrado com o Estado foi válido, pois à época da contratação não havia regime jurídico único, fazendo jus ao pagamento de todas as parcelas rescisórias e indenizatórios decorrentes da dispensa do empregado sem justa causa.



49. Acerca do tema mandato para advogado na Justiça do Trabalho, é incorreto afirmar que:

- A) o mandato *apud acta* caracteriza-se pela procuração dada nos próprios autos da causa lavrada pelo respectivo escrivão, na presença do juiz; podendo também ser lavrada em cartório, perante duas testemunhas, tendo natureza judicial e equiparando-se à procuração por instrumento público.
- B) configurado o mandato tácito fica permitido ao advogado avariar recurso para o Tribunal Regional do Trabalho, mesmo que sem mandato expresso.
- C) na formação de agravo de instrumento na Justiça do Trabalho, a juntada da ata de audiência, em que consignada à presença do advogado, desde que não estivesse atuando com mandato expresso, torna dispensável a procuração deste, porque demonstrada a existência de mandato tácito.
- D) após o advento da Lei n.º 12.437, de 06 de julho de 2011, o advogado constituído mediante mandato tácito não pode substabelecer os poderes que lhe foram outorgados pela parte.
- E) os poderes outorgados no mandato tácito implicam àqueles poderes para o foro em geral, incluindo-se também os poderes tidos como especiais pela legislação em vigor.

50. São pensamentos esposados na jurisprudência uniforme do TST, exceto:

- A) havendo extinção da atividade empresarial no âmbito da base territorial do sindicato, não há razão para subsistir a estabilidade do dirigente sindical.
- B) foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988 o disposto no art. 522 da CLT, que limita a sete o número de dirigentes sindicais a estabilidade a que alude o art. 543, § 3º, da CLT, incluindo-se igual número de suplentes.
- C) o empregado de categoria diferenciada eleito dirigente sindical só goza de estabilidade se exercer na empresa atividade pertinente à categoria profissional do sindicato para o qual foi eleito dirigente sindical.
- D) quando escolhidos por processo eletivo, os componentes do Conselho Fiscal de Sindicato adquirem o direito à estabilidade provisória nos termos do art. 543, §3º, da CLT e no art. 8º, inciso VIII, da Constituição Federal.
- E) o dirigente sindical somente poderá ser dispensado por falta grave mediante a apuração em inquérito judicial de falta grave.

DIREITO FINANCEIRO

51. Sobre o controle judicial das normas orçamentárias, assinale a única opção correta.

- A) De acordo com orientação atual do Supremo Tribunal Federal, as normas orçamentárias submetem-se exclusivamente ao controle incidental de constitucionalidade, exceto os créditos suplementares, que podem ter seus pressupostos revistos no controle concentrado.
- B) O Supremo Tribunal Federal reviu sua orientação tradicional e admite o controle judicial dos pressupostos constitucionais dos créditos extraordinários, que poderão ser abertos exclusivamente por meio de medida provisória.
- C) A orientação atual do Supremo Tribunal Federal somente admite a abertura de crédito extraordinário nos casos de guerra, comoção externa e calamidade pública; outras despesas imprevistas demandam regular processo legislativo orçamentário e inclusão na lei anual.
- D) Exceto no caso de despesas obrigatórias de caráter continuado, que requerem lei específica, a previsão de despesa na lei orçamentária confere direito subjetivo, juridicamente exigível ao seu beneficiário.
- E) O controle judicial não se aplica às leis orçamentárias, que são atos meramente políticos.

52. Assinale a única opção que não é proibida pela Constituição Federal de 1988.

- A) A transposição, o remanejamento e a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem lei anterior que o autorize.
- B) A concessão de créditos ilimitados.
- C) A concessão de incentivo da natureza tributária, desacompanhada de prévia estimativa de impacto financeiro-orçamentário.
- D) A vinculação de imposto a órgão, fundo ou despesa, ainda que de forma transitória.
- E) A realização de operação de crédito que exceda o montante de despesas de capital, exceto nos casos em que autorizadas por meio de créditos suplementares e especiais com finalidade precisa, aprovadas por maioria absoluta.

53. Em matéria de dívida pública, compete ao Senado Federal:

- A) verificar o cumprimento dos limites e das condições previstas na legislação complementar relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas controladas, direta ou indiretamente.
- B) autorizar operações externas de natureza financeira de interesse dos Municípios
- C) fixar, por proposta do Conselho de Gestão Fiscal, limites globais para o montante da dívida consolidada dos Estados e do Distrito Federal.
- D) dispor, por lei complementar, sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno.
- E) estabelecer anualmente os limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária e dívida fundada dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.



54. Sobre a disciplina legal da dívida e do endividamento público na Lei Complementar nº 101, assinale a única opção correta.

- A) Não integram a dívida pública consolidada as operações de crédito de prazo inferior a vinte e quatro meses, exceto nos casos em que as respectivas receitas tenham constado do orçamento.
- B) Se, ao final de um quadrimestre, constatar-se que a dívida consolidada de Estado da Federação ultrapassa o respectivo limite, a lei obriga que seja reconduzida até o término dos três subsequentes, sendo a redução do excedente de, pelo menos, menos 25% no primeiro quadrimestre.
- C) Ultrapassado, ao final de um quadrimestre, o limite para dívida consolidada, o ente federado estará proibido de realizar operação de crédito interna, inclusive refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária, exceto por antecipação de receita.
- D) Define-se como operação de crédito, de acordo com a Lei Complementar nº. 101, qualquer dívida pública representada por títulos emitidos pela União, exceto os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios.
- E) Cabe ao Conselho de Gestão Fiscal, previsto na Lei Complementar, mas ainda não criado, determinar os limites e as condições para realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por ele controladas, direta ou indiretamente.

55. Sobre as receitas públicas municipais, assinale a única opção correta.

- A) A parcela do imposto estadual sobre operações relativas à circulação de mercadorias (ICMS) a que têm direito os municípios não pode se sujeitar à condição decorrente de benefício fiscal estadual.
- B) A lei complementar que dispõe sobre os critérios do Fundo de Participação dos Municípios foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, ficando assegurada sua aplicação apenas até 31 de dezembro de 2012.
- C) Pertence aos municípios 23,5% do produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.
- D) Os municípios fazem jus, por imposição constitucional, a 25% das receitas arrecadadas por meio do imposto estadual sobre operações relativas à circulação de mercadorias (ICMS) recolhido em seu território.
- E) Os municípios têm direito, por expressa previsão constitucional, à integralidade das receitas do imposto territorial urbano e do imposto territorial rural, desde que optem por instituí-los.

DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL

56. Pereirinha era prefeito da cidade de Vitória. Filho de deputado federal e neto de senador, acreditava estar acima da lei e não via mal algum em resolver problemas emergenciais do seu jeito. Após um grande incêndio em uma favela da cidade, verificou-se a necessidade de socorrer a população daquela localidade, que havia perdido todos os seus bens no incêndio; entretanto, não havia previsão orçamentária nem verbas destinadas a este tipo de socorro. Para dar uma solução imediata ao problema, "Pereirinha" resolveu destinar ao socorro imediato das vítimas as verbas de um programa federal de amparo à infância que já estavam em posse do município, ferindo o disposto no art. 1º, inciso III, do Decreto Lei nº 201/67.

Sobre o processo que Pereirinha irá responder, pode-se afirmar:

- A) os crimes previstos do art. 1º e seus incisos, do Decreto Lei n.º 201/67, são passíveis de ação pública condicionada, podendo ser punido com 5 anos de reclusão e multa.
- B) os crimes previstos no art. 1º e seus incisos, do Decreto Lei n.º 201/67, são passíveis de pena de reclusão de seis meses a dez anos, não podendo o acusado, em nenhuma hipótese, responder o processo em liberdade.
- C) compete ao juiz singular, ao receber a denúncia, notificar o acusado para apresentar defesa prévia em 5 dias; não sendo este encontrado, será nomeado defensor, que apresentará a defesa no mesmo prazo.
- D) o processo deverá ser instaurado na Câmara de Vereadores, respeitando-se o fórum privilegiado do cargo de prefeito.
- E) em caso de condenação do prefeito, este ficará inelegível por 10 anos e sujeito à perda imediata da função pública.

57. Um grande canal de televisão denunciou um esquema de tráfico de crianças na Bahia envolvendo autoridades públicas e aliciadores. Uma parte dos pais que tiveram seus filhos retirados do seu pátrio poder não participaram de forma alguma do esquema, mas uma parte dos pais dessas crianças, que são pessoas paupérrimas, foram convencidos a vender seus filhos mediante o seu estado de miséria. A alegação da quadrilha é que as crianças seriam adotadas por casais de classe média do estado de São Paulo e teriam uma vida sem dificuldades financeiras. Sobre este fato, qual assertiva abaixo não é verdadeira?

- A) Constitui crime prometer ou efetivar a entrega de filho ou pupilo a terceiro mediante paga.
- B) Constitui crime prometer ou efetivar a entrega de filho ou pupilo a terceiro mediante qualquer tipo de recompensa.
- C) Constitui crime intermediar a entrega de criança ou adolescente mediante paga ou recompensa, bem como oferecer e efetivar a paga ou recompensa.
- D) Constitui crime subtrair criança ou adolescente do poder de quem o tem sob a sua guarda, independentemente de ordem judicial ou lei, salvo sob o interesse do que é mais benéfico para o menor.
- E) Constitui crime subtrair criança ou adolescente do poder de quem o tem sob sua guarda em virtude da lei ou ordem judicial, com o fim de colocação em lar substituto.



58. Após uma grande comoção popular, o legislativo resolveu promulgar uma lei que protegesse o “sadio sentimento popular”. Analisando esta hipótese, com base no princípio da legalidade, é correto afirmar que

- A) a hermenêutica, em sua interpretação teleológica, é que garante a validade à lei, já que permite ao julgador a possibilidade de adequar a penalidade na proporção da comoção popular.
- B) a lei é válida, pois a sua precisão estaria na necessidade do direito penal responder ao anseio de justiça oriundo da sociedade, competindo, ao judiciário, através do STF, fornecer súmula sobre o limite da pena a ser aplicada.
- C) a lei não é válida, pois o sentimento popular não pode ser passível de direito, por ser mera subjetividade.
- D) a lei é válida, pois o legislador deve estar de acordo com o momento histórico em que vive, de modo a preservar as diversas subjetividades que compõem a nação brasileira.
- E) a lei não é válida por faltar a potestade punitiva, ou seja, a norma não tem a determinação de seu conteúdo.

59. Cipriano é voluntário da Secretaria de Saúde em programa de aleitamento materno, realizando as suas atividades na maternidade municipal. A sua função é distribuir de forma igualitária o leite materno contido no banco de leite para as mulheres cadastradas que possuíam produção insuficiente de leite a fim de amamentar seus filhos. Na véspera de Natal, Cipriano foi procurado por H. que estava de viagem marcada para tratamento de saúde e precisava levar maior quantidade de leite do que estava em seu cadastro. Penalizado com a situação de H., Cipriano resolveu lhe dar o leite que seria destinado a K. e a ensinou a congelá-lo, para que o estoque durasse o tempo necessário para a viagem. Quando K. veio buscar a parte do leite que teria direito, foi informada de que o banco de leite estava vazio. Inconformada, esta pediu para verificar o registro das doações, mas foi impedida por Cipriano. K. resolveu, então, procurar a gerência do setor, pois estava desconfiada de que algo estava errado, o que de fato foi constatado. O gerente procurou Cipriano para que ele pudesse explicar o ocorrido e descobriu que há muito tempo este privilegiava algumas mulheres por julgá-las mais necessitadas do que outras. O caso foi parar na imprensa e o gerente resolveu procurar a polícia para comprovar-se a culpa de Cipriano e a inocência da maternidade. Diante do exposto, assinale a opção correta.

- A) Após aberto o inquérito, o delegado resolveu indiciar Cipriano por peculato furto, pois subtraiu o bem em proveito alheio valendo-se de sua posição, sem sequer registrá-lo no banco de leite.
- B) Após aberto o inquérito, o delegado resolveu indiciar Cipriano por peculato culposo, pois acreditou está agindo com justiça e bondade ao privilegiar mães que consideravam mais necessitadas, não lucrando nada com tal prática.
- C) Não há crime de peculato, pois Cipriano apenas era voluntário, mas de furto.
- D) Após aberto o inquérito, o delegado resolveu indiciar Cipriano por peculato apropriação, já que o leite pertencente ao banco é um bem móvel e Cipriano fez dele coisa sua ao distribuí-lo ao seu bel-prazer.
- E) Após aberto o inquérito, o delegado resolveu indiciar Cipriano por peculato desvio, já que em razão de seu cargo e função desviou o leite em proveito alheio.

60. Geraldo saiu para pescar em reserva ambiental protegida pelo Estado. O peixe que pretendia pescar estava na lista dos animais ameaçados de extinção. Após a pescaria e já com três peixes em um pequeno balaio, foi interceptado por um guarda florestal que o prendeu em flagrante por crime ambiental. Após o devido processo legal, Geraldo foi condenado a dois anos de detenção e multa, nos termos do artigo 34, inciso I da Lei nº 9.605/98. Inconformado com a decisão, o promotor da comarca recorreu, pois este era ambientalista e achou a pena insignificante, pedindo o aumento de pena prevista no art. 29, da mesma lei, parágrafo 4º. Sobre a fundamentação do recurso, é correto afirmar:

- A) deve ficar prejudicado o recurso, pois o aumento de pena previsto no art. 29, § 4º e 5º não se refere à pesca.
- B) deve ser fundamentado no art. 29, § 4º, inciso I por a espécie ser ameaçada de extinção e aumentada pela metade.
- C) deve ficar prejudicado o recurso, pois o artigo 29 foi revogado.
- D) também deve ser fundamentado no art. 29, § 3º, pois todas as espécies que habitam as águas brasileiras são passíveis de preservação e a pena será aumentada de um terço.
- E) também deve ser fundamentado no art. 29, § 1º, inciso II, pois o réu foi preso não por pescar, mas por transporte de animal silvestre, sendo a pena aumentada pela metade.

61. Carlos Manuel é suspeito de haver praticado uma série de furtos em uma determinada cidade. A autoridade policial requereu a sua prisão preventiva, pois este não possuía emprego e residência fixa, tampouco existia outro suspeito para a prática delituosa, além deste ter sido reconhecido por várias das vítimas. Ao prendê-lo pelo prazo legal, a autoridade policial contava em concluir o inquérito policial no prazo de dez dias, mas isto não foi possível.

Neste caso, são consequências:

- A) a impossibilidade da dilatação do prazo, sob pena de preclusão baseada no princípio *in dubio pro reu*.
- B) a dilatação do prazo não superior a trinta dias, não podendo ser prorrogados, sob pena de ser impetrado e deferido *habeas corpus* em favor do preso e, consequente, arquivamento do inquérito.
- C) a prorrogação do prazo pelo período de dez dias; não sendo o inquérito concluído neste período, cabe a impetração e deferimento de *habeas corpus* em favor do acusado, mas o inquérito continua até a sua conclusão.
- D) a impossibilidade de dilatação do inquérito policial, devendo o acusado ser colocado em liberdade através de mandado de soltura, ensejando o seu relaxamento independentemente de provocação.
- E) a impossibilidade de dilatação do inquérito policial, pois se o acusado permanecer preso cabe impetração de *habeas corpus*, ensejando a necessidade do seu relaxamento.



62. Dadas as assertivas abaixo,

- I. Constitui crime sobre as relações de consumo, favorecer ou preferir, independentemente de justa causa, comprador ou freguês, ressalvados os sistemas de entrega ao consumo por intermédio de distribuidores ou revendedores.
- II. Constitui crime contra a ordem econômica discriminar preços de bens ou de prestação de serviços por ajustes ou acordo de grupo econômico, com o fim de estabelecer monopólio, ou de eliminar, total ou parcialmente a concorrência.
- III. Constitui crime contra a ordem econômica vender mercadorias abaixo do preço de custo, com o fim de impedir a concorrência.
- IV. Constitui crime contra as relações de consumo elevar o valor cobrado nas vendas a prazo de bens e serviços, mas com a ressalva de que, em casos de estado de sítio, não constituem ilegalidade a exigência de comissão.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) II, III e IV, apenas.
- B) II e III, apenas.
- C) I, II e III, apenas.
- D) I, II, III e IV.
- E) I, apenas.

63. Dadas as proposições, no que se refere ao princípio da simetria,

- I. A Constituição Federal afirma que os Estados regem-se sobre as Constituições e leis que adotarem, observando-se os princípios da Constituição Federal.
- II. Compete aos Tribunais de Justiça Estaduais processar e julgar qualquer pessoa, não podendo ser foro privativo de nenhuma função, exceto de Governador de Estado.
- III. É inconstitucional a prerrogativa do foro *ratione muneris* para competência de Tribunal de Justiça para julgamento de Vereadores em crimes comuns.
- IV. É inconstitucional a competência originária dos Tribunais de Justiça Estaduais para julgar crimes comuns cometidos por membros das Assembleias Legislativas dos Estados.
- V. É inconstitucional a competência originária dos Tribunais de Justiça Estaduais para julgar crimes comuns e de responsabilidade cometidos por membros da Defensoria Pública estadual.

verifica-se que estão corretas apenas

- A) I, II e V.
- B) III, IV e V.
- C) II, III e IV.
- D) I e III.
- E) I, III, IV e V.

64. Com relação à ação penal, pode-se afirmar que

- A) é direito subjetivo regulamentado por ação, obedecendo ao disposto no CPP.
- B) é direito objetivo e subjetivo concomitantemente, pois obedeça aos princípios do direito.
- C) é direito objetivo, não necessitando de pressupostos processuais podendo dar origem a ação penal pública, ação penal incondicionada e ação penal privada.
- D) ela não se procede arbitrariamente, pois subordina-se a condições de procedibilidade e está regulada na qualidade de direito objetivo pelo CPP.
- E) ela se procede baseada no puro interesse do agir e a condição de sua existência é um ato lesivo notificado a autoridade policial.

65. Eduardo matou uma criança de seis anos e depois a estuprou. O crime chocou a cidade em que o réu e a vítima residiam, pois Eduardo era considerado um bom menino, mesmo sendo portador de retardo mental. Sem condições de custear as despesas com o processo e com honorários advocatícios, a mãe do réu procurou a defensoria pública que lhe garantiu que, pelo fato de o réu ter desenvolvimento mental incompleto, este não seria condenado, mas pagaria pelo seu erro com uma medida de segurança.

Sobre medida de segurança, pode-se dizer:

- A) o procedimento processual é a declaração de impronúncia pelo juiz provando-se que o fato não constitui infração penal nos termos do art. 415, inciso III, do CPP.
- B) deve ser juntada a comprovação da insanidade nos autos, que somente será apreciada após o julgamento da ação, reconhecendo-se a antijuridicidade do comportamento do réu, sendo-lhe imputada medida de segurança.
- C) deve o julgamento ocorrer normalmente, sendo o acusado submetido ao tribunal do júri e somente será aceita a tese do desenvolvimento mental incompleto após se verificar que esta é a única tese defensiva.
- D) o procedimento processual é a absolvição sumária desde que comprovada a incapacidade mental do réu, sendo dirimida a culpabilidade.
- E) o procedimento processual é a instauração do inquérito e de ação penal pública incondicionada, devendo nesta, na fase instrutória, ser apresentada a prova da incapacidade mental do réu e sua devida internação em manicômio judiciário.



DIREITO PROCESSUAL CIVIL

66. No que respeita ao processo judicial tributário, assinale a opção incorreta.

- A) É inconstitucional a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial na qual se pretenda discutir a exigibilidade de crédito tributário.
- B) A extinção das ações de pequeno valor é faculdade da Administração Federal, mas o juiz poderá decretá-la de ofício, quando verificar que o montante do crédito devido corresponde aos parâmetros indicados pelo legislador, e em atendimento aos princípios da eficiência e da equidade.
- C) É cabível ação monitória contra a Fazenda Pública.
- D) O mandado de segurança constitui ação adequada para a declaração do direito à compensação tributária.
- E) O contribuinte pode optar por receber, por meio de precatório ou por compensação, o indébito tributário certificado por sentença declaratória transitada em julgado.

67. Assinale a opção correta no que respeita às ações visando ao fornecimento de medicamentos.

- A) O emprego da multa cominatória é plenamente possível em tais casos.
- B) A decisão judicial que, sem considerar a lei orçamentária anual, determina a aquisição e fornecimento de medicamentos pela administração pública, incorre em grave violação do princípio da separação dos poderes, pois resulta em um juízo eminentemente político.
- C) Tal dever de fornecer medicamentos impõe-se solidariamente aos entes federativos, o que resulta em um litisconsórcio passivo necessário.
- D) Não se admite a aplicação de multa cominatória em tais ações, porquanto visem ao cumprimento de obrigação de dar.
- E) Para assegurar a efetividade da tutela liminarmente concedida, o juiz poderá impor multa diária ao réu, caso resolva descumprir ou retardar o cumprimento da decisão. O descumprimento de tal decisão judicial, contudo, caracterizará crime de desobediência, sujeitando o infrator à pena criminal.

68. As hipóteses de impenhorabilidade são

- A) estabelecidas em vista da garantia do patrimônio mínimo; contudo, não podem ser interpretadas como direitos indisponíveis, porquanto se admita a possibilidade de renúncia a tal garantia.
- B) absolutas ou relativas, mas dependem de expressa previsão legal para a sua adequada caracterização.
- C) fixadas exclusivamente em virtude do direito processual, de modo que não se admite no direito brasileiro a figura da impenhorabilidade de direito material.
- D) taxativas, porquanto importem em restrição ao direito fundamental à tutela executiva.
- E) normalmente fixadas em virtude da garantia do patrimônio mínimo. Disto decorre a impossibilidade da renúncia à exceção de impenhorabilidade.

69. Em matéria de processo coletivo, indique a opção incorreta.

- A) A associação de moradores é legitimada, como substituto processual, para a propositura da ação de usucapião coletivo. Neste caso, deverá ser regularmente constituída há pelo menos um ano, além de demonstrar que foi explicitamente autorizada pelos representados.
- B) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional, na defesa de seus interesses legítimos relativos a seus integrantes ou à finalidade partidária, ou por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há, pelo menos, 1 (um) ano, em defesa de direitos líquidos e certos da totalidade, ou de parte, dos seus membros ou associados, na forma dos seus estatutos e desde que pertinentes às suas finalidades, dispensada, para tanto, autorização especial.
- C) O mandado de segurança coletivo pode ter objeto a tutela de direitos individuais homogêneos.
- D) O Ministério Público não tem legitimidade para pleitear, em ação civil pública, a indenização decorrente do DPVAT em benefício do segurado.
- E) A defensoria pública poderá fazer uso da ação civil pública para a defesa dos necessitados.

70. Dadas as assertivas abaixo acerca das ações imobiliárias, das ações de natureza possessória e das ações de natureza petitória,

- I. Não obsta à manutenção ou reintegração na posse a alegação de propriedade, ou de outro direito sobre a coisa. Assim, o ordenamento jurídico nacional não admitiu em hipótese alguma a chamada exceção de domínio.
- II. Impõe-se, sob pena de nulidade, a citação do cônjuge do réu na ação de usucapião.
- III. A ação de reparação civil em virtude de desapropriação indireta poderá ser ajuizada no foro do domicílio.
- IV. A ação de nunciação de obra nova, assim como ocorre em relação às ações decorrentes de direitos de vizinhança, deve ser ajuizada no foro da situação da coisa.
- V. Regra geral, em matéria de ações possessórias, vige o princípio da fungibilidade.

é de se considerar que são verdadeiras apenas

- A) I, II e V.
- B) I, III e V.
- C) I e V.
- D) II, IV e V.
- E) II e IV.

71. No que respeita à execução fiscal, não interrompe o curso da prescrição em relação ao crédito tributário:

- A) qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor.
- B) o pedido de parcelamento do débito.
- C) as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo.
- D) o despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal.
- E) o protesto judicial.



72. No que respeita a teoria geral dos recursos e a declaração de inconstitucionalidade pelos Tribunais, assinale a opção incorreta.

- A) Não viola a cláusula de reserva de plenário a decisão de órgão fracionário do Supremo Tribunal Federal que afasta a incidência de lei ou ato normativo do poder público no exercício do controle difuso de constitucionalidade quando do julgamento de recurso extraordinário.
- B) A declaração incidental de inconstitucionalidade em sede de recurso extraordinário dependerá de apreciação do plenário do Supremo Tribunal Federal, tendo em vista o fenômeno da objetivação do recurso extraordinário.
- C) Desnecessária nova arguição de inconstitucionalidade ao órgão especial do Tribunal, quando já houver pronunciamento deste a respeito da constitucionalidade de dispositivo legal questionado.
- D) As decisões pela inexistência da repercussão geral em sede de recurso extraordinário são irrecorríveis, valendo para todos os recursos que versem sobre questão idêntica.
- E) Viola a cláusula de reserva de plenário a decisão de órgão fracionário de Tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, afasta sua incidência, no todo ou em parte.

73. Quanto ao mandado de segurança, assinale a opção incorreta.

- A) Não será concedida medida liminar que tenha por objeto a compensação de créditos tributários, a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior, a reclassificação ou equiparação de servidores públicos e a concessão de aumento ou a extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza.
- B) Extingue-se o processo de mandado de segurança se o impetrante não promove, no prazo assinado, a citação do litisconsorte passivo necessário.
- C) Constitui crime de desobediência, nos termos do art. 330 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, o não cumprimento das decisões proferidas em mandado de segurança, sem prejuízo das sanções administrativas e da aplicação da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, quando cabíveis. O art. 330 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, versa sobre o crime de desobediência à ordem legal de funcionário público, e está inserido no Capítulo daquele diploma dedicado aos crimes praticados por particular contra a administração em geral.
- D) Não cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.
- E) No caso em que o documento necessário à prova do alegado se ache em repartição ou estabelecimento público ou em poder de autoridade que se recuse a fornecê-lo por certidão ou de terceiro, o juiz ordenará, preliminarmente, por ofício, a exibição desse documento em original ou em cópia autêntica e marcará, para o cumprimento da ordem, o prazo de 10 (dez) dias. O juiz também poderá adotar outras providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do cumprimento da decisão, a exemplo da imposição de multa cominatória.

74. Quanto à coisa julgada, assinale a opção correta.

- A) Caso determinada sentença passada em julgado proferida no processo de conhecimento tenha determinado a liquidação por artigos, não ofenderá a coisa julgada a decisão que determina que a liquidação se dê pela feitura de cálculo aritmético.
- B) Não faz coisa julgada a resolução da questão prejudicial, mesmo se a parte o requerer, o juiz for competente em razão da matéria e constituir pressuposto necessário para o julgamento da lide.
- C) A sentença proferida no arresto não faz coisa julgada na ação principal, ainda que o juiz, no procedimento cautelar, acolha a alegação de prescrição ou decadência do direito do autor.
- D) Os motivos determinantes, na medida em que integram a decisão judicial e são relevantes para a determinação do alcance da decisão, são abarcados pelos limites objetivos da coisa julgada.
- E) Decisão que declara indevida a cobrança do imposto em determinado exercício faz coisa julgada em relação aos posteriores. Isto se dá em razão da ampla aceitação da teoria da transcendência dos motivos determinantes na jurisprudência nacional.

75. Assinale a opção abaixo que não corresponde às hipóteses de aplicação de multa processual.

- A) Ao litigante de má-fé.
- B) Ao perito que, sem motivo legítimo, deixar de cumprir o encargo no prazo que lhe foi assinado.
- C) Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da causa, no caso da ação rescisória ser, por maioria dos votos, declarada inadmissível ou improcedente.
- D) Se a parte e seu advogado cometem ato atentatório à jurisdição no sentido de descumprir provimentos mandamentais e de criar obstáculos à efetivação de provimentos judiciais, de natureza antecipatória ou final.
- E) No caso de embargos manifestamente protelatórios.

76. No que pertine ao manejo da Ação Civil Pública e da Ação Popular, assinale a opção correta.

- A) Na hipótese de restar inviabilizada a retrocessão, em virtude da inexistência de prova da trestinação ilícita do bem incorporado ao patrimônio público, abre-se a possibilidade de ajuizamento de ação civil pública ou ação popular para dar à área a exata destinação que, originalmente, justificou sua incorporação ao patrimônio público.
- B) Em matéria de ação civil pública por ato de improbidade administrativa praticado por ex-prefeito, impõe-se o litisconsórcio necessário entre o Município e o ex-prefeito.
- C) Cabe a impetração de mandado de segurança enquanto sucedâneo da ação popular.
- D) Os Estados, os Municípios e o Distrito Federal gozam de legitimidade ativa no que diz respeito à Ação Popular.
- E) Em razão do foro por prerrogativa de função, as ações civis públicas por ato de improbidade administrativa ajuizadas contra ex-prefeitos serão propostas perante os Tribunais de Justiça dos Estados.



77. Qual a opção abaixo deve ser considerada correta em matéria de ações de responsabilidade civil e a Fazenda Pública?

- A) havendo reexame necessário de sentença que condena a Fazenda Pública ao pagamento de indenização por dano moral, poderá haver majoração do valor da indenização.
- B) havendo condenação da Fazenda Pública ao pagamento de indenização por danos morais, a correção monetária (que se presta à recomposição do valor e de seu poder aquisitivo) e os juros moratórios (acréscimos ou frutos civis decorrentes da mora ou inadimplemento) incidem desde o arbitramento.
- C) havendo condenação da Fazenda Pública ao pagamento de indenização por danos morais, a correção monetária (que se presta à recomposição do valor e de seu poder aquisitivo) incide desde o arbitramento e os juros moratórios (acréscimos ou frutos civis decorrentes da mora ou inadimplemento) desde a data do evento danoso.
- D) caso seja evidente a culpa ou dolo do agente estatal causador do dano, impõe-se a formação do litisconsórcio passivo necessário. Destarte, a ação indenizatória, neste caso, deve ser ajuizada em face da Fazenda Pública e de seu agente.
- E) em sede de ação indenizatória por ato ilícito, restará obrigatoriamente suspenso o andamento do processo até que se pronuncie a justiça criminal.

78. Analise os seguintes enunciados a respeito da uniformização de jurisprudência no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal:

- I. Não cabe recurso extraordinário por contrariedade ao princípio constitucional da legalidade, quando a sua verificação pressuponha rever a interpretação dada a normas infraconstitucionais pela decisão recorrida.
- II. É cabível recurso extraordinário contra decisão proferida por juiz de primeiro grau nas causas de alçada, ou por turma recursal de juizado especial cível e criminal.
- III. É inviável o processamento de recurso extraordinário se não indicado, com precisão, o dispositivo constitucional, inciso e alínea que o autorize.
- IV. A preliminar de repercussão geral no recurso extraordinário diz respeito à necessária demonstração de que a irresignação do recorrente ultrapassa os interesses subjetivos da causa. O fato de preliminar apresentar-se implicitamente nos argumentos trazidos à baila não inviabiliza a apreciação do recurso extraordinário.
- V. É inadmissível recurso especial, quando o acórdão recorrido assenta em fundamento constitucional e infraconstitucional, qualquer dele suficiente, por si só, para mantê-lo, e a parte vencida não manifesta recurso extraordinário.

verifica-se que estão corretos apenas

- A) I, II, e V.
- B) III, IV e V.
- C) I, II, III e V.
- D) I e III.
- E) I, III, IV e V.

79. Na última década, sedimentou-se na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de diversos Tribunais a tese do adimplemento substancial do contrato. Anote-se, por exemplo, decisões no sentido de considerar que a busca e apreensão do bem objeto do contrato de alienação fiduciária é um meio excessivamente gravoso para a persecução do crédito remanescente, quando o devedor demonstra que já pagou mais de 80% da obrigação total. A inadmissão da busca e apreensão em tais casos também pode ser explicada pelo princípio processual:

- A) da primazia da realidade.
- B) do paralelismo das fontes.
- C) da anterioridade.
- D) da adequação do processo à situação substancial.
- E) da vedação do *venire contra factum proprium*.

80. Observe as assertivas abaixo no que respeita ao processo judicial tributário:

- I. O executado oferecerá embargos à execução fiscal no prazo de 15 (quinze) dias. O juiz, contudo, intimará a Fazenda para impugná-los no prazo de 30 (trinta) dias.
- II. Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição quinquenal intercorrente. (súmula 314 STJ)
- III. O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução. (art. 8º da Lei nº. 6.830/1980)
- IV. Regra geral, a citação na Execução Fiscal realizar-se-á pelo correio, com aviso de recepção. Entretanto, caso a Fazenda Pública requeira, a realização da citação postal poderá ocorrer com a dispensa do aviso de recebimento.

Verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) II, III e IV, apenas.
- B) II e III, apenas.
- C) I, II e III, apenas.
- D) I, II, III e IV.
- E) I, apenas.



DIREITO TRIBUTÁRIO

81. Sobre a competência tributária para instituição do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias (ICMS), é correto afirmar:

- A) por expressa determinação constitucional, deverá ser não cumulativo e seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços.
- B) resolução do Senado Federal, que poderá ser de iniciativa do Presidente da República, aprovada pela maioria absoluta de seus membros, estabelecerá as alíquotas aplicáveis às operações e prestações, interestaduais e de exportação.
- C) o imposto será cobrado sobre o valor total da operação, ainda que as mercadorias sejam fornecidas com serviços compreendidos na competência tributária dos Municípios.
- D) a União poderá instituir, mediante lei complementar, isenções e outros benefícios fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do País.
- E) as isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias serão concedidas ou revogadas nos termos de convênios celebrados e ratificados sempre por unanimidade pelos Estados e pelo Distrito Federal.

82. De acordo com a Constituição Federal, podem ser instituídos pelos municípios:

- A) imposto sobre doações e transmissão *inter vivos*, por ato oneroso, de bens imóveis, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.
- B) taxa de iluminação pública e taxa cobrada em razão de serviços públicos de coleta de lixo e outros resíduos provenientes de imóveis.
- C) imposto territorial rural, caso o município opte por cobrá-lo.
- D) taxas judiciárias e imposto sobre transmissão *causa mortis* de quaisquer bens ou direitos.
- E) contribuição para o custeio do regime previdenciário de seus servidores.

83. Dadas as assertivas abaixo,

- I. Não é constitucional a exigência de depósito prévio como requisito para o ajuizamento de ação anulatória de débito fiscal.
- II. Não é constitucional a incidência do imposto sobre serviços de qualquer natureza sobre operações de locação de bens móveis.
- III. Não é constitucional a cobrança de taxa judiciária sem limite sobre o valor da causa.
- IV. Lei que altera prazo de recolhimento de obrigação pode aplicar-se imediatamente e não se sujeita ao princípio da anterioridade.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) II e III, apenas.
- B) I, II e III, apenas.
- C) I, II, III e IV.
- D) I, apenas.
- E) II, III e IV, apenas.

84. Dados os itens abaixo sobre a progressividade do imposto territorial urbano (IPTU),

- I. O IPTU poderá ser utilizado pelo Poder Público municipal como instrumento de ordenação do solo urbano, podendo a lei, inclusive, prever a diversidade de alíquotas no caso de imóvel edificado, não edificado, residencial ou comercial.
- II. Antes da Emenda Constitucional nº. 29, de 2000, não era admissível a utilização de alíquotas progressivas no IPTU.
- III. Apenas a progressividade destinada a assegurar o cumprimento da função social da propriedade poderia ser estabelecida antes da Emenda Constitucional nº. 29, de 2000.
- IV. O IPTU somente poderá ser progressivo em razão do valor do imóvel ou ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel.

verifica-se que está(ão) correto(s) apenas

- A) II e III.
- B) I, II e III.
- C) I e III.
- D) I.
- E) II, III e IV.

85. Acerca do imposto sobre propriedade de veículos automotores, é correto afirmar:

- A) não poderá ter alíquotas diferenciadas em função da utilização do veículo.
- B) para efeito de sua incidência, aeronaves e embarcações não se consideram veículos automotores.
- C) terá parcela do produto de sua arrecadação destinada aos Municípios, de acordo com os critérios adotados por lei estadual.
- D) terá suas alíquotas máximas fixadas pelo Senado Federal.
- E) não poderá ter alíquotas diferenciadas em função do tipo do veículo.

86. Assinale a única opção correta em relação ao imposto sobre operação relativas à circulação de mercadorias (ICMS).

- A) Em relação às operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final localizado em outro Estado, adotar-se-á a alíquota interestadual, quando o destinatário for contribuinte do imposto, e alíquota interna, quando o destinatário não for contribuinte dele.
- B) O imposto incidirá sobre o valor total da operação, ainda que as mercadorias sejam fornecidas com serviços compreendidos na competência tributária dos Municípios.
- C) O imposto não incidirá sobre operações que destinem a outros Estados petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, energia elétrica e ouro.
- D) É facultado ao Senado Federal estabelecer alíquotas mínimas e máximas nas operações internas, mediante resolução de iniciativa de dois terços e aprovada pela maioria absoluta de seus membros.
- E) É facultado ao Senado Federal fixar alíquotas máximas nas operações internas para resolver conflito específico que envolva interesse de Estados e Municípios, mediante resolução de iniciativa da maioria absoluta e aprovada por um terço de seus membros.



87. Sobre os princípios constitucionais tributários e as imunidades, assinale a única opção incorreta.

- A) A majoração da alíquota do IPI, que pode ser realizada por meio de ato do Poder Executivo não escapa ao princípio da anterioridade nonagesimal previsto na Constituição Federal.
- B) O princípio da vedação ao efeito de confisco também é aplicável às multas, que não poderão ser excessivas, nem desproporcionais.
- C) Gozam de imunidade tributária, em relação patrimônio, renda e serviços, as entidades sem fins lucrativos, desde que não distribuam parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título.
- D) A Constituição Federal exige lei para aumento e instituição de tributo e lei específica para concessão de isenção, redução de base de cálculo, crédito presumido, anistia e remissão.
- E) A imunidade recíproca poderá alcançar as sociedades de economia mista prestadoras de serviço público, como as que cuidam de serviço público de água e esgoto e de ação de saúde pública.

88. Dados os itens abaixo sobre as espécies tributárias e seu regime jurídico,

- I. As taxas são tributos vinculados e poderão ser instituídas em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos ou bens públicos, específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição.
- II. As contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas têm natureza tributária, mas podem ser cobradas no mesmo exercício financeiro em que instituídas, desde que decorridos noventa dias da publicação da lei.
- III. A base de cálculo das taxas poderá contar com um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, desde que não haja identidade integral entre uma base e outra.
- IV. O serviço de iluminação não poderá ser custeado mediante a criação de taxa para esse fim.

verifica-se que estão corretos apenas

- A) II e IV.
- B) I e II.
- C) III e IV.
- D) I e III.
- E) I, III e IV.

89. O imposto sobre serviços de qualquer natureza incide sobre

- A) o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários.
- B) locação de bens móveis e serviços portuários e aeroportuários.
- C) serviços de assistência social.
- D) prestações de serviços de transporte interestadual, na forma da lei.
- E) as exportações de serviços para o exterior do país.

90. Sobre as imunidades, assinale única opção incorreta.

- A) A imunidade dos templos de qualquer culto estende-se a cemitérios que consubstanciam extensões de entidades de cunho religioso.
- B) A Ordem dos Advogados do Brasil é beneficiada pela imunidade tributária recíproca, porque desempenha atividade própria de Estado.
- C) A imunidade do livro alcança os filmes e papéis fotográficos necessários à publicação de jornais, os serviços de composição gráfica e demais insumos empregados na sua composição.
- D) A imunidade das entidades de assistência social não alcança os terrenos baldios de sua propriedade, sem vinculação às suas finalidades essenciais.
- E) Permanece imune ao IPTU o imóvel pertencente a entidade religiosa, mesmo quando alugado a terceiros, desde que o valor dos aluguéis seja aplicado nas atividades essenciais de tal entidade.

DIREITO URBANÍSTICO E AMBIENTAL

91. Em matéria de Direito Ambiental, a Audiência Pública constitui ato de observância ao Princípio da Informação, que dispõe que as informações sobre o empreendimento e seus respectivos impactos devem ser de acesso amplo e irrestrito a toda a sociedade. De acordo com o enunciado, pode-se afirmar, então, que a Audiência Pública

- A) apenas será realizada se o órgão competente para concessão da licença julgar necessário e obtiver concordância do Legislativo Estadual.
- B) apenas será realizada se o órgão competente para concessão da licença obtiver a concordância do empreendedor, conforme dispõe o princípio do poluidor-pagador.
- C) ocorrerá quando houver requerimento de grupo de cinquenta (50) ou mais cidadãos, solicitação do Ministério Público, ou o órgão ambiental competente pela concessão da licença julgar necessário.
- D) constitui-se, impreterivelmente, em ato discricionário do Poder Público.
- E) é condição indispensável à concessão do licenciamento ambiental, sendo dotada, portanto, de cunho obrigatório.

92. Sobre os Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, é correto afirmar:

- A) é propósito do Zoneamento Ambiental subsidiar os processos de planejamento e de ordenamento do uso e da ocupação do território, bem como a exploração de seus recursos ambientais.
- B) os produtos do Zoneamento Econômico-Ecológico não poderão ser disponibilizados ao público em geral, salvo em hipótese de determinação judicial, visando garantir a segurança e a integridade do território nacional.
- C) o Estudo de Impacto de Vizinhança constitui um instrumento de atualização da Política Nacional de Meio Ambiente, tendo em vista a necessidade de reordenamento da política urbana.
- D) o EIA/RIMA, por conter informações substanciais acerca do risco de danos possíveis de serem causados ao meio ambiente, é um documento sigiloso.
- E) a realização do Estudo de Impacto de Vizinhança, por conter informações acerca dos impactos causados no entorno de instalação da obra, é procedimento suficiente para instalação de usina nuclear.

93. Renomada empresa do ramo de alimentação, com ampla produção de alimentos lácteos, figura como grande doadora de recursos financeiros a ações de reflorestamento de área florestal de significativa importância nacional; entretanto, em sua atividade comercial, realiza práticas de cunho muito nocivo ao meio ambiente, além de difundir propagandas de alimentos inadequados ao consumo infantil. Tal comportamento demonstra claramente uma prática rotineira de violação ao princípio de Direito Ambiental

- A) do Poluidor-Pagador.
- B) da Prevenção.
- C) do Planejamento Racional.
- D) do Usuário-Pagador.
- E) da Educação Ambiental.

94. Assinale a única assertiva composta, exclusivamente, por Unidades de Conservação de Proteção Integral.

- A) Reserva Particular do Patrimônio Natural, Floresta Nacional e Monumento Natural.
- B) Estação Ecológica, Monumento Natural e Reserva Extrativista.
- C) Estação Ecológica, Parque Nacional e Refúgio da Vida Silvestre.
- D) Estação Ecológica, Reserva Biológica e Reserva de Fauna.
- E) Parque Nacional, Refúgio da Vida Silvestre e Reserva de Desenvolvimento Sustentável.

95. No tocante às Unidades de Conservação, é incorreto afirmar:

- A) a Reserva Particular do Patrimônio Particular (RPPN) consiste em uma área privada, gravada com perpetuidade, mediante averbação no competente registro de imóveis e exclusivamente instalada em terras de propriedade privada.
- B) a Reserva de Desenvolvimento Sustentável caracteriza-se por ser uma área natural que abriga populações tradicionais que mantém sua subsistência baseada na exploração dos recursos naturais, cuja prática é executada ao longo de gerações e adaptada às condições ecológicas locais, desempenhando um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica.
- C) o proprietário de área em que deseje instalar a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) poderá requerer ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a isenção do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) sobre a área da Reserva, a fim de favorecer a sua criação.
- D) a Floresta Nacional constitui-se na unidade de conservação de regime mais restritivo, sendo admitida apenas a permanência de populações tradicionais.
- E) a todas as Unidades de Conservação de Uso Sustentável compreende a formação de um Conselho, de caráter consultivo ou deliberativo, o qual será presidido pelo órgão que as administra e integrado apenas por representantes de órgãos governamentais e das populações tradicionais.

96. No que se refere ao Sistema de Unidades de Conservação, assinale a opção correta.

- A) Nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável, a visitação é absolutamente proibida; entretanto, a administração da unidade poderá permitir a realização de pesquisas científicas.
- B) Os Corredores Ecológicos, por constituírem áreas de comunicação entre Unidades de Conservação, devem corresponder a áreas exclusivamente naturais.
- C) O subsolo e o espaço aéreo das Unidades de Conservação não exercem influência alguma sobre a estabilidade do ecossistema local, não abrangendo, portanto, a área das UC.
- D) As Unidades de Conservação somente podem ser criadas por lei específica, cujos limites são inalteráveis sob qualquer hipótese.
- E) A desafetação ou redução dos limites das Unidades de Conservação somente podem ocorrer mediante lei específica.



97. Dadas as assertivas seguintes no tocante à observância do artigo 182 da Constituição Federal, que dispõe sobre a Política Urbana,

- I. A estética urbana constitui um dos fatores determinantes para a obtenção de uma boa qualidade de vida, tendo em vista os efeitos psicológicos que a boa aparência das cidades desperta sobre a população em geral.
- II. Na vizinhança da coisa tombada é expressamente proibida a construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, bem como a colocação de anúncios ou cartazes, sob pena de destruição da obra ou retirada do objeto e imposição de multa de 50% (cinquenta por cento) do valor do mesmo objeto, excetuando-se apenas os casos previamente autorizados pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
- III. Promover construção em solo não edificável, ou no seu entorno, assim considerado em razão de seu valor paisagístico, ecológico, artístico, turístico, histórico, cultural constitui crime contra o ordenamento urbano, conforme dispõe a Lei de Crimes Ambientais.
- IV. A paisagem nas cidades constitui elemento componente do conjunto urbano paisagístico; entretanto, apenas os elementos artificiais configuram objeto de competência do município no âmbito da proteção, uma vez que constituem formas de expressão do modo de viver dos grupos formadores das cidades.

verifica-se que estão corretas apenas

- A) III e IV.
- B) I, II e III.
- C) I, III e IV.
- D) I e IV.
- E) II e IV.

98. No tocante à execução da Política Urbana na cidade de Maceió/AL, assinale a única opção incorreta.

- A) A paisagem formada nas áreas constituídas em torno de lagos, estações de tratamento de água e esgotos, reservatórios de águas naturais ou artificiais, nascentes, inclusive olhos d'água, independentemente de sua posição topográfica, constituem área de preservação permanente.
- B) Em áreas cujos terrenos tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, sem que tenham sido previamente saneados, é proibido o parcelamento do respectivo solo para fins urbanos.
- C) Ao empreendedor compete a responsabilidade pela implantação de toda infraestrutura necessária à ocupação do loteamento, especialmente a terraplenagem, drenagem de águas pluviais, colocação de meios-fios e sarjetas, extensão de rede elétrica e de abastecimento d'água, colocação de hidrantes urbanos.
- D) A qualidade do espaço urbano e a fruição da paisagem constituem direitos do cidadão e devem ser, exclusivamente, garantidos pelo município através da criação de áreas públicas paisagísticas ou recuperação e qualificação das já existentes.
- E) Os parques, praças, bosques, jardins, áreas de recreação, canteiros centrais das avenidas e ilhas de trânsito constituem áreas públicas paisagísticas e como tal devem ser preservadas.

99. No tocante às populações tradicionais, assinale a única opção incorreta.

- A) O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas somente podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.
- B) Às populações nativas de reservas extrativistas é permitida a permanência em Unidades de Conservação de Uso Sustentável, bem como a exploração sustentável dos recursos naturais da área em que se encontram, tendo em vista as estratégias desenvolvidas por esses grupos populacionais para uso e manejo dos recursos naturais.
- C) É vedada a remoção dos grupos indígenas de seus territórios, salvo nos casos de interesse da soberania nacional, o que inclui principalmente aqueles relacionados a ações de desenvolvimento nacional.
- D) Todos os documentos e sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos têm garantia de tombamento pelo Poder Público sob a perspectiva de proteger o patrimônio cultural brasileiro, conforme dispõe o § 5º, artigo 216, da Constituição Federal.
- E) Às comunidades indígenas é assegurado o direito às terras tradicionalmente ocupadas por elas, cabendo-lhes demarcá-las, protegê-las e fazer respeitar todos os seus direitos.

100. Assinale a única opção incorreta.

- A) O artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias institui as comunidades quilombolas na propriedade definitiva de suas terras, cabendo ao Estado a emissão de seus respectivos títulos.
- B) Uma das modalidades de sanção penal para a pessoa jurídica por praticar dano ambiental é a proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações, cujo prazo não poderá exceder de 10 anos.
- C) A Ação Civil Pública e a Ação Popular constituem instrumentos jurídicos de proteção ao meio ambiente, sendo seus titulares, respectivamente, qualquer cidadão no gozo de seus direitos políticos e os entes legitimados pela Lei nº 7.347/1985 e alterações promovidas pela Lei nº 11.448/2007.
- D) É garantido àquele que possuir uma área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, a aquisição do domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
- E) As áreas urbanas com mais de duzentos e cinquenta metros quadrados, ocupadas por população de baixa renda para sua moradia, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, onde não for possível identificar os terrenos ocupados por cada possuidor, são susceptíveis de serem usucapidas coletivamente, desde que os possuidores não sejam proprietários de outro imóvel urbano ou rural.